

Brasil e UE

Negociações para o agronegócio

Odilson Luiz Ribeiro e Silva¹
Eduardo Ferreira²

A UNIÃO Europeia (UE) é o maior importador de produtos agrícolas. O Brasil tem nesse grupo seu principal mercado para os produtos do agronegócio. Além de ser um mercado sofisticado e exigente, a UE tem no setor agrícola um dos segmentos de maior sensibilidade política, apesar de representar apenas 4% do PIB e ocupar menos de 4% da população economicamente ativa. Exemplo dessa importância é a destinação de mais de 46% do orçamento da UE para a Política Agrícola Comum (PAC).

A preocupação com a volatilidade dos preços tem sido uma constante nos discursos de líderes dos países que compõem a UE. Nesse contexto, inserem-se as principais negociações do Brasil com a UE no campo do agronegócio. Tais negociações estão principalmente relacionadas ao Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia, aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), às carnes (aves, bovinos e suínos), ao café, às frutas e aos sucos.

O Acordo Mercosul-UE, cujas negociações foram retomadas em 2010, indica grande potencial de mercado para ambos os lados. A questão agrícola é central. Os europeus deverão buscar proteger seu setor agrícola da alta competitividade do Mercosul e, principalmente, do Brasil. Condicionalidades na área agrícola, como exigências além das estipuladas pelos padrões internacionais multilaterais, podem dificultar o resultado dessa negociação. Quanto aos produtos agrícolas, as principais dificuldades centram-se nos grupos de negociações sanitárias e fitossanitárias e de propriedade intelectual. Este possível acordo comercial poderá representar um mercado de 700 milhões de consumidores, o mais ambicioso em nível mundial.

O tema OGM é controverso na Europa, apesar da dependência da UE da importação

de proteínas vegetais, como a soja – cerca de 90% de tal produto são importados, principalmente do Brasil, dos EUA e da Argentina. Desse total, estima-se que cerca de 95% sejam produtos geneticamente modificados. Apesar do aparente interesse do consumidor europeu em produtos “convencionais”, não existe estatística oficial na UE sobre a importação de grãos não transgênicos.

As exportações de carnes do Brasil para a UE são objeto de várias barreiras, de caráter tarifário, técnico e sanitário. As carnes de aves brasileiras têm enfrentado diversas restrições, e o País analisa a possibilidade de voltar a questionar a UE na Organização Mundial do Comércio (OMC). A carne bovina brasileira também enfrenta, desde 2008, restrições vinculadas a requisitos europeus de rastreabilidade. Atualmente, cerca de 2.200 fazendas podem oferecer gado para frigoríficos autorizados a exportar carne bovina. A limitação do número de fazendas é exigida somente do Brasil, requisito que ultrapassa os conceitos de regionalização previstos em normas internacionais.

Outra dificuldade para a exportação de carne bovina refere-se a requisitos impostos pela UE para a definição da cota Hilton (carne de alta qualidade) brasileira. Apesar de ter sido criada como compensação para o Brasil em razão de contencioso com a UE na OMC, a cota é vista como concessão pelos europeus, que indicam desconhecimento de alguns dos princípios básicos da pecuária brasileira, como a alimentação a pasto e a ocorrência de longos períodos de seca, que induzem o fornecimento de suplementação para alimentação dos animais. A UE concede a países como Estados Unidos, Canadá e Austrália maior flexibilidade nas definições da cota Hilton. Atualmente, negocia-se também a abertura do mercado da UE para a carne suína brasileira.

O café processado do Brasil paga a maior tarifa cobrada pela UE de país exportador. O suco de laranja também enfrenta barreira tarifária, apesar do grande volume de exportações. As frutas enfrentam restrições quanto ao uso de produtos fitossanitários, pois a UE determina limites máximos de resíduos diferentes daqueles preconizados pelo *Codex Alimentarius*.

Ao contrário do que ocorre no Brasil, o setor agrícola europeu enfrenta diminuição da produtividade e pouco interesse dos jovens – com consequente abandono da atividade – e exige elevados subsídios para sua manutenção. O nível de subsídios poderá enfrentar, com a reforma da PAC, possível diminuição, devido à pressão pelo limite de gastos em vários Estados membros da UE, como resultado do aumento do déficit público após a crise de 2008, assim como pelo interesse de destinação de mais recursos do orçamento comunitário a áreas mais dinâmicas da economia.

Para manter e ampliar o comércio com a UE, o Brasil deve continuar e aumentar as ações de qualificação da sua produção para atender ao mercado europeu e também atuar fortemente e de maneira eficiente e integrada para evitar que barreiras injustificadas ao comércio sejam empecilhos para suas exportações. ■

Este artigo reflete a opinião dos autores e não das instituições que representam.

1. Engenheiro agrônomo pela UFPA; pós-graduado em economia e sociologia rural por Gembloux - Bélgica; atuação na área SPS no Mapa desde 1994; nomeado quatro vezes Diretor e uma vez Secretário Substituto da SDA no Mapa; atuou em conjunto, no Mapa e na FAO, durante 12 anos na área fitossanitária; coordenou a força-tarefa do *Codex Alimentarius* sobre norma geral de sucos de frutas e atualmente é Adido Agrícola na Missão do Brasil perante à União Europeia

2. Primeiro Secretário - Missão do Brasil junto à União Europeia - Chefe do Setor Agrícola